

Notícias do dia 27 de março



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 12

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO

Leilão de ônibus elétricos ocorre nesta segunda..... 4

TRIBUNA DO PLANALTO - GO - PODER
TCE - GO

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo..... 6

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - GOVERNO DE GOIÁS
TCE - GO

"O que for decidido pelos produtores será licitado", diz Caiado ao instalar Conselho Gestor do Fundeinfra..... 7

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

O que for decidido pelos produtores será licitado , diz Caiado ao instalar Conselho Gestor do Fundeinfra..... 8

JORNAL CORREIO POPULAR ONLINE - ITABERAÍ - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Justiça mantém licitação de ônibus elétrico para o Eixo Anhanguera..... 9

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

O Ipasgo não será privatizado , diz presidente do instituto..... 10

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - TRANSPORTE
TCE - GO

Pregão de licitação para aluguel de ônibus elétricos não registra participantes..... 11

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Justiça mantém licitação de ônibus elétrico para o Eixo Anhanguera..... 12

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO

O Ipasgo é dos servidores (Artigo)..... 13

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado sobre Conselho do Fudeinfra: "o que for decidido será licitado..... 14

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

Leilão de ônibus elétricos acontece nesta segunda-feira..... 15

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

Licitação para aluguel de ônibus elétricos de Goiânia não tem interessados..... 17

PODER GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Em Rio Verde, Caiado instala conselho gestor do Fundeinfra e prioriza demanda dos produtores..... 18



Terça-Feira, 28 de Março de 2023

Leilão de ônibus elétricos ocorre nesta segunda

Pregão requisita 114 novos ônibus articulados e 100% elétricos. O valor global estimado do serviço é de mais de R\$1,5 bilhão pelo período de 16 anos. Na manhã desta segunda-feira (27), a Metrobus Transporte Coletivo S/A (METROBUS) dará início ao Pregão Eletrônico Nº 045/2022, que requisita 114 novos ônibus - articulados e 100% elétricos -, a fim de renovar a frota de veículos do Eixo Anhanguera e extensões.

O valor global estimado do serviço é de mais de R\$1.5 bilhão, pelo período de 16 anos.

Além disso, conforme previsto no edital de licitação, caberá às companhias "toda a infraestrutura necessária para operação dos mesmos, assim como a manutenção integral dos veículos, dos carregadores e da infraestrutura de recarga e suporte". O valor unitário mensal do serviço é de mais de R\$74 mil.

Repercussões Inicialmente previsto para maio de 2022, o leilão foi adiado duas vezes. A primeira, após recomendação do Ministério Público de **Goiás** (MPGO) - o qual alertou sobre a viabilidade financeira entre aluguel ou compra dos veículos - e, pela segunda vez - em junho de 2022 -, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** emitiu uma medida cautelar que impedia o prosseguimento do serviço.

Quatro meses depois, o **conselheiro do TCE-GO Helder Valin** suspendeu a medida, o que permitiu o andamento do processo de locação dos ônibus elétricos, contanto que os apontamentos feitos pelo tribunal fossem cumpridos.

Entre as medidas, figurava a impossibilidade do pregoeiro considerar propostas superiores ao valor máximo de mais de R\$1.4 bilhões, em qualquer percentual.

Melhorias Na visão João Pedro Souza, professor do curso de Engenharia de Transportes da Universidade Federal de **Goiás** (UFG), o fomento ao projeto representa melhorias. "O processo de eletrificação da frota do transporte público traz consigo inúmeros benefícios, principalmente para o meio ambiente, pois além de reduzir a emissão de carbono na atmosfera, colabora para a melhoria da qualidade do ar", explica.

O professor ainda orienta que a nova frota confere não somente benefícios do ponto de vista ambiental mas também dá conforto aos passageiros.

"Os ônibus elétricos costumam ter aceleração contínua e automática, sem necessidade de troca de marcha, o que melhora a estabilidade do veículo e o conforto dos usuários, especialmente idosos e pessoas com necessidades especiais", estabelece.

Precauções Para o engenheiro de transportes Marcos Rothen, **Goiânia** segue uma "tendência mundial" de diminuição das emissões de gases nocivos para o meio ambiente. Rothen, contudo, ressalta: "embora eles já sejam utilizados em diversas cidades do mundo, em **Goiânia**, não se tem qualquer experiência.

É importante que os ônibus tenham uma manutenção adequada durante todo o tempo que estiverem em uso".

Como primeiro passo dessa garantia de conservação da frota, o engenheiro de transportes considera "importante" o fato de o edital exigir das companhias o custeio de operação dos ônibus - isto é, os equipamentos e a infraestrutura. Ele também avalia "possíveis problemas" decorrentes do implemento dos ônibus elétricos.

"A Metrobus utiliza ônibus bi-articulados e os ônibus elétricos são articulados. Assim, será necessário um aumento do número de viagens, já que o [ônibus] articulado transporta, pelo menos, 30% a menos que o bi-articulado", diz.

Por exemplo, se um ônibus bi-articulado comporta 150 passageiros por viagem, são precisos 10 ônibus para transportar 1.500 passageiros; se um ônibus articulado transporta 100 usuários, são necessárias 15 viagens para levar a mesma quantia.

Outro problema apontado por Rothen é a diferença de altura entre as plataformas e os veículos. "O piso elevado e o embarque nas estações e terminais é feito por uma plataforma elevada e, por outro lado, os articulados elétricos deverão ser de piso baixo, ou seja o embarque é feito no nível da rua, sem a necessidade da plataforma", observa.

Eixo Anhanguera De acordo com o engenheiro de

transportes, o Eixo Anhanguera é muito importante para a qualidade de vida da população da capital e Região Metropolitana de **Goiânia**. Em paralelo à modernização da frota de ônibus, Rothen sinaliza que os 28 quilômetros de malha viária também precisam de manutenção, pois as irregularidades do asfalto podem comprometer os veículos.

Em nota, a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), informa que o recapeamento da Avenida Anhanguera foi dividido em três etapas. Do terminal Praça da Bíblia até o Terminal Praça A, finalizado em dezembro de 2022; a segunda etapa, concluída há dois meses, do Terminal Novo Mundo até o Terminal Praça da Bíblia.

Por fim, a terceira etapa, que abrange o trecho entre o Terminal Praça A e o Terminal Padre Pelágio, apresenta 87,7% da malha executada, segundo a pasta. "Com previsão inicial de término para junho de 2023, o trecho três deve ser concluído na primeira quinzena de abril", determina a Seinfra.

(Especial para O Hoje) Terceira etapa de recapeamento da linha do Eixo Anhanguera, que abrange o percurso entre o Terminal Praça A e o Terminal Padre Pelágio, apresenta 87,7% da malha executada "O processo de eletrificação da frota do transporte público traz consigo inúmeros benefícios", afirma engenheiro de transportes

Site:

https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2023/03/Jornal-O-Hoje_2023_3_27.pdf

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** e, se aprovado, irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

DETERMINAÇÃO DO TCE A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**. A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros). O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida

(RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo.

MUDANÇAS Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Site: <https://tribunadoplanalto.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Grade-TRIBUNA-DO-PLANALTO-LIMPA-12-paginas-2.pdf>

"O que for decidido pelos produtores será licitado", diz Caiado ao instalar Conselho Gestor do Fundeinfra

Redação

O governador Ronaldo Caiado conduziu, durante sua passagem pela Tecnoshow Comigo 2023, nesta segunda-feira, 27, em Rio Verde, a primeira reunião do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). Ele reforçou aos membros a autonomia do órgão. "Do lado do Estado não há interesse em saber se é obra A, B ou C, porque o fundo foi criado com arrecadação de vocês. A escolha dos empreendimentos não parte do governador. Ao Estado caberá ser o órgão normatizador, cumpridor das regras do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, apresentando os gastos que foram autorizados", garantiu Caiado.

"O que for decidido pelos produtores será licitado pela Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**)", afirmou o governador Ronaldo Caiado. Durante o primeiro encontro foi distribuído aos membros do Conselho um mapa com as rodovias que haviam sido priorizadas por produtores rurais, sindicatos, Federação da Agricultura e Pecuária de **Goiás** (Faeg) e outras entidades. "Em abril, eles vão apresentar novas propostas ou convalidar essas para que a gente dê andamento nos projetos e que rapidamente possamos fazer a licitação" acrescentou.

Duas rodovias que podem ser beneficiadas com obras a partir de recurso do Fundeinfra, a depender da decisão do Conselho Gestor, é a pavimentação da GO-401, entre Rio Verde e Quirinópolis; e o asfaltamento da GO-174, de Aparecida de Rio Doce até o entroncamento com a BR-364.

O Fundeinfra arrecadou R\$ 215 milhões em dois meses, recurso que será utilizado exclusivamente em obras de infraestrutura, como pontes e rodovias, buscando aumentar a competitividade logística do Estado. A previsão do Governo de **Goiás** é que este ano o fundo alcance R\$ 1,1 bilhão.

Presidente do Conselho Gestor, o secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, garantiu gestão democrática dos valores do Fundeinfra. "Todos os representantes do setor produtivo participam das discussões de forma paritária com os membros do

governo", explicou. "Estamos em uma sinergia. Vamos pontuar sempre sobre a relevância na aplicabilidade dos recursos. Contem com a Adial", ressaltou Edwal Portilho, presidente executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de **Goiás** (Adial).

Integrantes Além do titular da Infraestrutura, integram o Conselho Gestor do Fundeinfra os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Secretaria-Geral do Governo); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Joel de Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); e Lucas Vissotto Júnior (Goinfra). Os representantes do setor produtivo incluem Joel Ragagni (Associação dos Produtores de Soja e Milho - Aprosoja); Luís Alberto Pereira (Organização das Cooperativas do Brasil - OCB); e Ailton José Vilela (Faeg).

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/governo-de-goias/o-que-for-decidido-pelos-produtores-sera-licitado-diz-caiado-ao-instalar-conselho-gestor-do-fundeinfra-477567/>

O que for decidido pelos produtores será licitado , diz Caiado ao instalar Conselho Gestor do Fundeinfra

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado conduziu, durante sua passagem pela Tecnoshow Comigo 2023 , nesta segunda-feira (27), em Rio Verde, a primeira reunião do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). Ele reforçou aos membros a autonomia do órgão. "Do lado do Estado não há interesse em saber se é obra A, B ou C, porque o fundo foi criado com arrecadação de vocês. A escolha dos empreendimentos não parte do governador. Ao Estado caberá ser o órgão normatizador, cumpridor das regras do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, apresentando os gastos que foram autorizados", garantiu Caiado.

"O que for decidido pelos produtores será licitado pela Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**)", afirmou o governador Ronaldo Caiado. Durante o primeiro encontro foi distribuído aos membros do Conselho um mapa com as rodovias que haviam sido priorizadas por produtores rurais, sindicatos, Federação da Agricultura e Pecuária de **Goiás** (Faeg) e outras entidades. "Em abril, eles vão apresentar novas propostas ou convalidar essas para que a gente dê andamento nos projetos e que rapidamente possamos fazer a licitação" acrescentou.

Duas rodovias que podem ser beneficiadas com obras a partir de recurso do Fundeinfra, a depender da decisão do Conselho Gestor, é a pavimentação da GO-401, entre Rio Verde e Quirinópolis; e o asfaltamento da GO-174, de Aparecida de Rio Doce até o entroncamento com a BR-364.

O Fundeinfra arrecadou R\$ 215 milhões em dois meses, recurso que será utilizado exclusivamente em obras de infraestrutura, como pontes e rodovias, buscando aumentar a competitividade logística do Estado. A previsão do Governo de **Goiás** é que este ano o fundo alcance R\$ 1,1 bilhão.

Presidente do Conselho Gestor, o secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, garantiu gestão democrática dos valores do Fundeinfra. "Todos os representantes do setor produtivo participam das discussões de forma paritária com os membros do

governo", explicou. "Estamos em uma sinergia. Vamos pontuar sempre sobre a relevância na aplicabilidade dos recursos. Contem com a Adial", ressaltou Edwal Portilho, presidente executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de **Goiás** (Adial).

Integrantes

Além do titular da Infraestrutura, integram o Conselho Gestor do Fundeinfra os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Secretaria-Geral do Governo); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Joel de Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); e Lucas Vissotto Júnior (Goinfra). Os representantes do setor produtivo incluem Joel Ragagni (Associação dos Produtores de Soja e Milho - Aprosoja); Luís Alberto Pereira (Organização das Cooperativas do Brasil - OCB); e Ailton José Vilela (Faeg).

Site: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/o-que-for-decidido-pelos-produtores-sera-licitado-diz-caiado-ao-instalar-conselho-gestor-do-fundeinfra/>

Justiça mantém licitação de ônibus elétrico para o Eixo Anhanguera

O governador Ronaldo Caiado (UB) chegou a acusar a Enel de buscar manobra para suspender a contratação através do pregão

O Tribunal de Justiça de **Goiás** negou, no domingo (25), o pedido de impugnação feito pela Enel e manteve o pregão para aluguel de ônibus elétricos no estado. Assim, o certame está mantido para esta segunda-feira (27). A decisão é do juiz plantonista Clauber Costa Abreu da 1ª Vara da Fazenda Estadual.

O governador Ronaldo Caiado (UB) chegou a acusar para Enel a manobra de buscar suspender a contratação.

O juiz apontou, na decisão, que não percebe a presença dos requisitos pleiteados pela Enel. Já que os questionamentos formulados pela ação da empresa foram respondidos no procedimento administrativo de licitação. Assim, "não se vislumbra que as alterações apontadas são capazes de impactar ou comprometer substancialmente a formulação das propostas".

Na ação, a Enel diz que enviou solicitações de "esclarecimento e sugestões técnicas" para o processo de licitação de ônibus elétricos para o Estado de **Goiás**. "Com base na legislação, a companhia solicitou mais prazo para apresentação das propostas de todos candidatos, em função das recentes alterações realizadas no edital".

Caiado, por outro lado, disse se tratar de manobra para prejudicar a licitação, pois muitos dos pontos questionados compõem o Plano de Manifestação de Interesse (PMI), que a própria Enel ajudou a construir no início das discussões do processo licitatório para a troca dos ônibus.

O pregão

Após quase um ano de imbrólio jurídico, o governo de **Goiás** abriu em fevereiro nova licitação para aquisição de ônibus elétricos para a frota do Eixo Anhanguera, em **Goiania**. Conforme o documento, serão alugados 114 veículos articulados 100% elétricos para substituir por completo os modelos atuais e ainda abastecer suas extensões ao interligar a capital às cidades de Goianira, Senador Canedo e Trindade.

A nova abertura acontece após, o Tribunal de Contas de **Goiás (TCE)**, em junho de 2022, suspender licitação para contratação de empresa que forneceria ônibus elétricos. O edital previa a locação dos veículos pelo custo total de R\$ 1,46 bilhão (sob o custo unitário de R\$ 69,9 mil) em contrato de 16 anos.

Em 10 de outubro, contudo, o representantes do **TCE** e da Metrobus se reuniram para sanar a questão.

Fonte: Mais **Goiás**

Site:

<https://jornalcorreiopopular.com.br/2023/03/27/justica-mantem-licitacao-de-onibus-eletrico-para-o-eixo-anhanguera/>

O Ipasgo não será privatizado , diz presidente do instituto

Eduardo Pinheiro

O presidente do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) , Vinícius Luz, garante que as mudanças previstas pelo governo estadual não vão culminar em privatização do sistema. O instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA). A alteração ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**.

Vinícius Luz avalia que as críticas feitas por sindicalistas e pela oposição na Assembleia se tratam de distorção do projeto. Isso porque o Ipasgo passa a ter a personalidade jurídica de direito privado, mas com a governança do governo de **Goiás**, com previsão de aportes, caso seja necessário, e indicação de diretoria, além da formação de conselhos igualitários, com participação dos servidores.

"Privatização é uma falácia"

"O governo quer continuar sendo o responsável como garantidor de todo o sistema de saúde. O projeto de lei prevê que, em caso de desajustes de contas, o estado fará aporte. A história de privatização é uma falácia. O fazemos é uma transformação. Não estamos propondo venda e a governança continua sendo do estado", explica.

O presidente aponta que a mudança parte de uma determinação feita pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** a partir de 2022, para que o governo tirasse as receitas do Ipasgo deixassem de compor o orçamento geral do estado. O argumento é que a inclusão do instituto nas receitas inflam as Receitas Correntes Líquidas (RCL).

O que muda?

Ao se tornar uma personalidade jurídica de direito privado, o Ipasgo passará a ser fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). O que é a principal crítica dos sindicatos, usuários e da oposição . No entanto, Vinícius Luz rebate que com a fiscalização da ANS, o instituto passará a contar com um rol maior de serviços e medicamentos considerados obrigatórios.

"O Ipasgo tem quase 900 procedimentos médicos a menos que o rol da ANS, também são cerca de 1,7 mil

medicamentos a mais previstos. Também teria mais facilidade para fazer credenciamento de profissionais, principalmente no interior", diz.

"O governo também está garantindo que não vai haver aumento de mensalidade, com a garantia do percentual do salário que é hoje 6,81% do plano básico para o grupo familiar. Agora, os agregados vão continuar pagando por tabela atuarial, que, aí sim, é regulada pela ANS com índices de reajustes anuais", pontua.

A previsão é de que o projeto de lei seja colocado para apreciação pública ainda nesta semana. Após esse período, o instituto prevê a realização de uma audiência pública agendada para o dia 10 de abril. A partir de então o envio do projeto para a Assembleia Legislativa.

Site: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/o-ipasgo-nao-sera-privatizado-diz-presidente-do-instituto/>

Pregão de licitação para aluguel de ônibus elétricos não registra participantes

Rafael Rodrigues

Não apareceram interessados no pregão eletrônico do Governo de **Goiás** para aluguel de 114 ônibus elétricos realizado nesta segunda-feira, 27. O governo vai publicar novo edital para segunda tentativa de achar interessados, mas sabe que a oferta de R\$ 74 mil por ônibus era muito apertada.

O pregão licitatório chegou a ser suspenso por meio de medida cautelar baixada pelo **conselheiro Helder Valin**, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Um novo edital foi lançado em fevereiro deste ano, visando a eletrificação da frota do Eixo Anhanguera.

Segundo o Governo, o foco é a modernização do transporte coletivo na capital ao adotar um sistema operacional sustentável, zero poluente e de extremo conforto aos usuários.

O pregão prevê o aluguel de 114 ônibus articulados 100% elétricos que vão substituir por completo a frota do Eixo Anhanguera e ainda abastecer suas extensões ao interligar a capital às cidades de Goianira, Senador Canedo e Trindade.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/transporte/pregao-de-licitacao-para-aluguel-de-onibus-eletricos-nao-registra-participantes-477349/>

Justiça mantém licitação de ônibus elétrico para o Eixo Anhanguera

Eduardo Pinheiro

O Tribunal de Justiça de **Goiás** negou, no domingo (25), o pedido de impugnação feito pela Enel e manteve o pregão para aluguel de ônibus elétricos no estado. Assim, o certame está mantido para esta segunda-feira (27). A decisão é do juiz plantonista Clauber Costa Abreu da 1ª Vara da Fazenda Estadual.

O governador Ronaldo Caiado (UB) chegou a acusar a Enel de buscar manobra para suspender a contratação.

O juiz apontou, na decisão, que não percebe a presença dos requisitos pleiteados pela Enel. Já que os questionamentos formulados pela ação da empresa foram respondidos no procedimento administrativo de licitação. Assim, "não se vislumbra que as alterações apontadas são capazes de impactar ou comprometer substancialmente a formulação das propostas".

Na ação, a Enel diz que enviou solicitações de "esclarecimento e sugestões técnicas" para o processo de licitação de ônibus elétricos para o Estado de **Goiás**. "Com base na legislação, a companhia solicitou mais prazo para apresentação das propostas de todos candidatos, em função das recentes alterações realizadas no edital".

Caiado, por outro lado, disse se tratar de manobra para prejudicar a licitação, pois muitos dos pontos questionados compõem o Plano de Manifestação de Interesse (PMI), que a própria Enel ajudou a construir no início das discussões do processo licitatório para a troca dos ônibus.

O pregão

Após quase um ano de imbróglio jurídico, o governo de **Goiás** abriu em fevereiro nova licitação para aquisição de ônibus elétricos para a frota do Eixo Anhanguera, em **Goiânia**. Conforme o documento, serão alugados 114 veículos articulados 100% elétricos para substituir por completo os modelos atuais e ainda abastecer suas extensões ao interligar a capital às cidades de Goianira, Senador Canedo e Trindade.

A nova abertura acontece após, o Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**), em junho de 2022, suspender

licitação para contratação de empresa que forneceria ônibus elétricos. O edital previa a locação dos veículos pelo custo total de R\$ 1,46 bilhão (sob o custo unitário de R\$ 69,9 mil) em contrato de 16 anos.

Em 10 de outubro, contudo, o representantes do **TCE** e da Metrobus se reuniram para sanar a questão. Um dia depois, Valin revogou a cautelar.

Site: <https://www.maisgoias.com.br/politica/justica-mantem-licitacao-de-onibus-eletrico-para-o-eixo-anhanguera/>

O Ipasgo é dos servidores (Artigo)

Nylo Sérgio

Nylo Sérgio

27 de março de 2023 às 21:42

Modificado em 27/03/2023, 22:42

Causou espanto a determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** para a mudança de natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Mais espanto causou a velocidade com que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a Secretaria de Administração (Sead) e a presidência do Ipasgo anunciaram o plano de mudança: tudo pronto, definido e com discurso argumentativo alinhado, quase um ensaio teatral.

A proposta de transformar o Ipasgo, hoje uma autarquia, num Serviço Social Autônomo (SSA) pode soar convincente aos mais desavisados, com aumento de procedimentos, medicamentos e rede conveniada, uma gestão "eficiente" e livre de interferências políticas do governo estadual. Uma bela carta de apresentação que esconde os sérios problemas.

Conforme o apresentado, o SSA é um modelo de plano de saúde regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde (ANS), que autoriza reajustes a serem pagos anualmente pelos beneficiários. Transformar uma autarquia em um agente de mercado acarreta aumento de valores cobrados, mesmo que descontados diretamente da folha de pagamento dos servidores. Nos últimos quatro anos, os reajustes foram de 7,35% em 2019; 8,14% em 2020; - 8,19% em 2021 (a primeira redução na história, devido à forte diminuição de consultas e procedimentos causada pela pandemia); e 15,5% em 2022. Neste período, o Ipasgo teve somente um reajuste, de 18,34%, aplicado recentemente.

Outra preocupação é com os 239 servidores do instituto. Transferi-los à Sead para que depois sejam realocados em outros setores do governo, também sugere razoabilidade. Entretanto, haverá perda na contagem de tempo de serviço em cinco anos, atrasando a aposentadoria desses servidores ou reduzindo seus valores monetários no ato de se aposentarem.

O Ipasgo é um patrimônio do funcionalismo público e atende 596 mil usuários em todo o estado. Em

dezembro de 2021, o governo de **Goiás** vendeu o Hospital do Servidor Público sem a anuência dos próprios servidores. A mesma estratégia parece se repetir agora. Sindicatos que representam a categoria estão mobilizados, mas é preciso que todos os servidores se engajem na defesa deste instituto. Com saúde não se brinca.

Site: <https://opopular.com.br/opiniao/artigos/o-ipasgo-e-dos-servidores-1.3012956>

Caiado sobre Conselho do Fudeinfra: "o que for decidido será licitado"

Ludymila Siqueira

Rio Verde - "O que for decidido pelos produtores será licitado pela Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**)", afirmou o governador Ronaldo Caiado (UB). A declaração foi feita durante a primeira reunião do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), nesta segunda-feira (27/3), em Rio Verde, no Sudoeste goiano.

Na ocasião, Caiado reforçou aos membros a autonomia do órgão. "Do lado do Estado não há interesse em saber se é obra A, B ou C, porque o fundo foi criado com arrecadação de vocês. A escolha dos empreendimentos não parte do governador. Ao Estado caberá ser o órgão normatizador, cumpridor das regras do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, apresentando os gastos que foram autorizados", garantiu.

Durante o primeiro encontro foi distribuído aos membros do Conselho um mapa com as rodovias que haviam sido priorizadas por produtores rurais, sindicatos, Federação da Agricultura e Pecuária de **Goiás** (Faeg) e outras entidades. "Em abril, eles vão apresentar novas propostas ou convalidar essas para que a gente dê andamento nos projetos e que rapidamente possamos fazer a licitação" acrescentou.

Duas rodovias que podem ser beneficiadas com obras a partir de recurso do Fundefra, a depender da decisão do Conselho Gestor, é a pavimentação da GO-401, entre Rio Verde e Quirinópolis; e o asfaltamento da GO-174, de Aparecida de Rio Doce até o entroncamento com a BR-364.

O Fundefra arrecadou R\$ 215 milhões em dois meses. O recurso que será utilizado exclusivamente em obras de infraestrutura, como pontes e rodovias, busca aumentar a competitividade logística do Estado, conforme pontua a gestão estadual.

A previsão do Governo de **Goiás** é que este ano o fundo alcance R\$ 1,1 bilhão.

Presidente do Conselho Gestor, o secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, garantiu gestão democrática dos valores do Fundefra. "Todos os representantes do setor produtivo participam das

discussões de forma paritária com os membros do governo", explicou.

Contem com a Adial", ressaltou Edwal Portilho, presidente executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de **Goiás** (Adial).

Integrantes

Além do titular da Infraestrutura, integram o Conselho Gestor do Fundefra os secretários de Estado Adriano da Rocha Lima (Secretaria-Geral do Governo); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Joel de Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); e Lucas Vissotto Júnior (Goinfra).

Os representantes do setor produtivo incluem Joel Ragagni (Associação dos Produtores de Soja e Milho - Aprosoja); Luís Alberto Pereira (Organização das Cooperativas do Brasil - OCB); e Ailton José Vilela (Faeg).

Site:

<https://www.aredacao.com.br/noticias/184551/caiado-sobre-conselho-do-fudeinfra-o-que-for-decidido-sera-licitado>

Leilão de ônibus elétricos acontece nesta segunda-feira

Na manhã desta segunda-feira (27), a Metrobus Transporte Coletivo S/A (METROBUS) dá início ao Pregão Eletrônico Nº 045/2022, que requisita 114 novos ônibus - articulados e 100% elétricos -, a fim de renovar a frota de veículos do Eixo Anhanguera e extensões. O valor global estimado do serviço é de mais de R\$1.5 bilhão, pelo período de 16 anos.

Além disso, conforme previsto no edital de licitação, caberá às companhias "toda a infraestrutura necessária para operação dos mesmos, assim como a manutenção integral dos veículos, dos carregadores e da infraestrutura de recarga e suporte". O valor unitário mensal do serviço é de mais de R\$74 mil.

Repercussões

Inicialmente previsto para maio de 2022, o leilão foi adiado duas vezes. A primeira, após recomendação do Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) - o qual alertou sobre a viabilidade financeira entre aluguel ou compra dos veículos - e, pela segunda vez - em junho de 2022 -, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** emitiu uma medida cautelar que impedia o prosseguimento do serviço.

Quatro meses depois, o **conselheiro do TCE-GO Helder Valin** suspendeu a medida, o que permitiu o andamento do processo de locação dos ônibus elétricos, contanto que os apontamentos feitos pelo tribunal fossem cumpridos. Entre as medidas, figurava a impossibilidade do pregoeiro considerar propostas superiores ao valor máximo de mais de R\$1.4 bilhões, em qualquer percentual.

Melhorias

Na visão João Pedro Souza, professor do curso de Engenharia de Transportes da Universidade Federal de **Goiás** (UFG), o fomento ao projeto representa melhorias. "O processo de eletrificação da frota do transporte público traz consigo inúmeros benefícios, principalmente para o meio ambiente, pois além de reduzir a emissão de carbono na atmosfera, colabora para a melhoria da qualidade do ar", explica.

O professor ainda orienta que a nova frota confere não somente benefícios do ponto de vista ambiental mas também dá conforto aos passageiros. "Os ônibus elétricos costumam ter aceleração contínua e

automática, sem necessidade de troca de marcha, o que melhora a estabilidade do veículo e o conforto dos usuários, especialmente idosos e pessoas com necessidades especiais", estabelece.

Precauções

Para o engenheiro de transportes Marcos Rothen, **Goiânia** segue uma "tendência mundial" de diminuição das emissões de gases nocivos para o meio ambiente. Rothen, contudo, ressalta: "embora eles já sejam utilizados em diversas cidades do mundo, em **Goiânia**, não se tem qualquer experiência. É importante que os ônibus tenham uma manutenção adequada durante todo o tempo que estiverem em uso".

Como primeiro passo dessa garantia de conservação da frota, o engenheiro de transportes considera "importante" o fato de o edital exigir das companhias o custeio de operação dos ônibus - isto é, os equipamentos e a infraestrutura. Ele também avalia "possíveis problemas" decorrentes do implemento dos ônibus elétricos.

"A Metrobus utiliza ônibus bi-articulados e os ônibus elétricos são articulados. Assim, será necessário um aumento do número de viagens, já que o [ônibus] articulado transporta, pelo menos, 30% a menos que o bi-articulado", diz. Por exemplo, se um ônibus bi-articulado comporta 150 passageiros por viagem, são precisos 10 ônibus para transportar 1.500 passageiros; se um ônibus articulado transporta 100 usuários, são necessárias 15 viagens para levar a mesma quantia.

Outro problema apontado por Rothen é a diferença de altura entre as plataformas e os veículos. "O piso elevado e o embarque nas estações e terminais é feito por uma plataforma elevada e, por outro lado, os articulados elétricos deverão ser de piso baixo, ou seja o embarque é feito no nível da rua, sem a necessidade da plataforma", observa.

Eixo Anhanguera

De acordo com o engenheiro de transportes, o Eixo Anhanguera é muito importante para a qualidade de vida da população da capital e Região Metropolitana de **Goiânia**. Em paralelo à modernização da frota de ônibus, Rothen sinaliza que os 28 quilômetros de malha viária também precisam de manutenção, pois

as irregularidades do asfalto podem comprometer os veículos.

Em nota, a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), informa que o recapeamento da Avenida Anhanguera foi dividido em três etapas. Do terminal Praça da Bíblia até o Terminal Praça A, finalizado em dezembro de 2022; a segunda etapa, concluída há dois meses, do Terminal Novo Mundo até o Terminal Praça da Bíblia.

Por fim, a terceira etapa, que abrange o trecho entre o Terminal Praça A e o Terminal Padre Pelágio, apresenta 87,7% da malha executada, segundo a pasta. "Com previsão inicial de término para junho de 2023, o trecho três deve ser concluído na primeira quinzena de abril", determina a Seinfra.

Site: <https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1487737/t/leilao-de-onibus-eletricos-acontece-nesta-segunda-feira/>

Licitação para aluguel de ônibus elétricos de Goiânia não tem interessados

Nenhuma empresa se interessou no pregão eletrônico do Governo de **Goiás** para o aluguel de 114 ônibus elétricos. Com isso, o governo deve publicar novo edital em uma segunda tentativa de encontrar interessados, porém, a oferta de R\$ 74 mil por ônibus é considerada "apertada".

O pregão chegou a ser suspenso após medida cautelar do **conselheiro Helder Valin, do Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. Em fevereiro, um novo edital foi lançado para eletrificar a frota do Eixo Anhanguera.

De acordo com o governo do Estado, o foco é a modernização do transporte coletivo em **Goiânia**. E, com o pregão, o governo adotaria um sistema operacional sustentável, zero poluente e de extremo conforto aos usuários.

A licitação visa alugar 114 ônibus articulados 100% elétricos que vão substituir por completo a frota do Eixo Anhanguera. Os veículos devem abastecer, além da capital, suas extensões ao interligar às cidades de Goianira, Senador Canedo e Trindade.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1487993/t/licitacao-para-aluguel-de-onibus-eletricos-de-goiania-nao-tem-interessados/>

Em Rio Verde, Caiado instala conselho gestor do Fundeinfra e prioriza demanda dos produtores

O governador Ronaldo Caiado conduziu, durante sua passagem pela Tecnoshow Comigo 2023, nesta segunda-feira, 27, em Rio Verde, a primeira reunião do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). Ele reforçou aos membros a autonomia do órgão. "Do lado do Estado não há interesse em saber se é obra A, B ou C, porque o fundo foi criado com arrecadação de vocês. A escolha dos empreendimentos não parte do governador. Ao Estado caberá ser o órgão normatizador, cumpridor das regras do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, apresentando os gastos que foram autorizados", garantiu Caiado.

"O que for decidido pelos produtores será licitado pela Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**)", afirmou o governador Ronaldo Caiado. Durante o primeiro encontro foi distribuído aos membros do Conselho um mapa com as rodovias que haviam sido priorizadas por produtores rurais, sindicatos, Federação da Agricultura e Pecuária de **Goiás (Faeg)** e outras entidades. "Em abril, eles vão apresentar novas propostas ou convalidar essas para que a gente dê andamento nos projetos e que rapidamente possamos fazer a licitação" acrescentou.

Duas rodovias que podem ser beneficiadas com obras a partir de recurso do Fundeinfra, a depender da decisão do Conselho Gestor, é a pavimentação da GO-401, entre Rio Verde e Quirinópolis; e o asfaltamento da GO-174, de Aparecida de Rio Doce até o entroncamento com a BR-364.

O Fundeinfra arrecadou R\$ 215 milhões em dois meses, recurso que será utilizado exclusivamente em obras de infraestrutura, como pontes e rodovias, buscando aumentar a competitividade logística do Estado. A previsão do Governo de **Goiás** é que este ano o fundo alcance R\$ 1,1 bilhão.

Presidente do Conselho Gestor, o secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, garantiu gestão democrática dos valores do Fundeinfra. "Todos os representantes do setor produtivo participam das discussões de forma paritária com os membros do governo", explicou. "Estamos em uma sinergia. Vamos pontuar sempre sobre a relevância na aplicabilidade

dos recursos. Contem com a Adial", ressaltou Edwal Portilho, presidente executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de **Goiás (Adial)**.

Site: <http://www.podergoias.com.br/materia/14129/em-rio-verde-caiado-instala-conselho-gestor-do-fundeinfra-e-prioriza-demanda-dos-produtores>